

VILAS OPERÁRIAS: SENZALAS DA EUGENIA EM PERNAMBUCO

Por Joel Rodrigues de Moura¹

INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com os agora históricos bairros e vilas operárias, não raras vezes a comunidade local e seus habitantes mais antigos resgatam memórias em sua maioria saudosas de tempos passados, de quando *“tudo ali era mato, e só tinha a vila”*. Muitas famílias têm laços afetivos com essas vizinhanças, que serviram como pano de fundo de seus desenvolvimentos. Às vezes até as entidades dos governos locais investem na conservação desses lugares como marcos históricos, que são e que ainda resistem ao tempo, importantes centros da construção da identidade local.

São pontos de vista que estão inseridos dentro do cenário da constante reconfiguração dos espaços urbanos, que aferem sentido, silenciam vozes e fazem outras serem ouvidas, como uma entidade viva que está em permanente mutação. Este artigo tem por objetivo visitar outros caminhos menos coloridos, cujo cenário é o da implementação das vilas operárias no contexto brasileiro, focando-nos na região de Recife, durante a virada do Século XIX para o XX. Afinal, diferente do que contemporaneamente se costuma difundir, as vilas operárias não eram fruto de pura caridade dos patrões, muito pelo contrário: eram empreendimentos que tentariam, sem sucesso, expandir o controle que o patrão exercia sobre seus empregados, por meio de métodos eugênicos e alienadores, adestrando mentes e corpos de sua força de trabalho.

PROLETÁRIO, O NOVO ESCRAVO DO NASCENTE MUNDO INDUSTRIAL

Inicialmente, é necessário ponderar sobre a imagem do trabalhador livre que ocupava as fábricas do Brasil oitocentista e no Século XX. O conceito das fábricas e seus operários desembarcaram no país enquanto a instituição da escravidão ainda era vigente, e por muito tempo o trabalhador livre era visto como apenas um novo tipo de escravo. Antes dos desdobramentos ocorridos

¹ Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

no século passado, o proletário e o escravizado compartilhavam pontos em comum que podem nos escapar em uma primeira análise.

Embasar-nos-emos, portanto, em alguns pontos levantados por Peter L. Eisenberg em seu artigo *Trabalho escravo e Proletário na História do Brasil* para apontar essas semelhanças, algumas que podemos afirmar transcenderam a escravidão, o trabalho livre e o próprio Século XX e ainda se fazem presentes na economia capitalista contemporânea².

Em várias sociedades agrícolas que utilizaram trabalho escravo, incluindo o Brasil, a transição do escravismo para o trabalho livre não aconteceu em uma guinada súbita, em que o escravizado desaparece e em seu lugar surgiu o trabalhador livre, dono de si e de sua própria capacidade de trabalho³.

Existe uma semelhança importante entre as duas relações de trabalho: estas só existem para a criação de excedente. Em sociedades em que não se concentra no lucro, o trabalho existe, mas não com a necessidade urgente de criar excedentes. Numa tribo ou em uma família inexistem relações de trabalho com tantos pormenores⁴.

Outra semelhança digna de nota é que em ambos os tipos de relações de trabalho exigem certa violência e/ou coerção contra o trabalhador. No exemplo do proletário, a coerção se manifesta em ações que o desprové de acesso direto aos meios de produção. A relação com os donos de tais meios de produção se inicia por necessidade, e não por livre escolha⁵.

Da violência comum aos escravos e proletários, surgem outros pormenores em comum. Primeiramente, desde tempos passados, que Marx chama de “originários”, o trabalhador sempre optara por trabalhar para si, e essa resistência permanece viva na era industrial. O trabalhador tem memória de que as coisas não eram sempre do mesmo jeito que lhe são

² EISENBERG, Peter L: **Estudos Econômicos, nº 13: Trabalho escravo e Proletário na História do Brasil**. UNICAMP, 1983.

³ IDEM, pág. 1

⁴ IDEM, pág. 2

⁵ IDEM, pág. 3

contemporâneas, e tem esperança que um dia essa violência contra ele desapareça⁶.

Outra semelhança entre escravo e proletário no Brasil se encontra no fato de que ambos os tipos de trabalhadores eram escolhidos no mercado. Contudo o patrão compra a capacidade de trabalho do proletário, não sua pessoa, como o escravo. Em ambos os casos, o patrão está comprando o direito de usufruir do trabalho alheio⁷.

Mais um fato que aproxima o escravo do proletário: ambos exigem supervisão quase sempre constante. Até mesmo os escravos de ganho, aqueles que passavam a maior parte dos dias da semana longe de seu senhor reportava a ele sua produção de lucros. O proletário tem a supervisão dos donos das fábricas ou de seus capatazes, que controlam seu ritmo de produção e o ambiente fabril⁸.

Tanto escravo quanto proletário são vítimas da ilusão em relação ao trabalho necessário para a sobrevivência de si mesmo e o trabalho excedente, previamente comprado pelo patrão. No trabalho escravo todo e qualquer trabalho é enxergado como excedente para o senhor, de forma que o escravo entrega-o completamente, recebendo de volta um sustento que o patrão considera adequado, porém ele não tem condições de discernir que parte do resultado de seu trabalho foi lhe repassado como sustento. Não existia uma clara diferença entre o trabalho que o escravo laborava para si e o que seguia diretamente para seu patrão⁹.

O proletário também é enganado. Levam-lhe a acreditar que o pagamento que lhe é dispensado compensa justamente a força de trabalho que vendeu para seu patrão. Na maioria dos casos esse pagamento paga apenas o valor do tempo de expediente que equivale aos custos de manutenção de seu trabalho. Esta ilusão de que o salário é calculado de forma a recompensar satisfatoriamente é bem mais sutil que a ilusão do sustento escravista, pois o

⁶ IDEM, pág. 3

⁷ IDEM, pág. 3

⁸ IDEM, págs. 3-4

⁹ IDEM, pág. 4

proletário recebe em mãos um dinheiro que lhe é dito ser correspondente a todo tempo que trabalhou e/ou toda sua produção¹⁰.

A resistência que o indivíduo oferece ao patrão é um elemento comum nas duas relações. Ambas podem desaguar em violência contra os indivíduos que gerem seu espaço de trabalho, como contra os instrumentos e os produtos resultantes deste trabalho. Os escravos podem fugir do local de trabalho, os proletários podem demitir-se, rompendo-se a relação com o patrão. Inclusive a paralisação e greve são comuns aos dois tipos de trabalho, não só é comum ao proletário: existem estudos que mostram que grupos de escravos fugiam e quilombavam-se, negociando com seus senhores melhorias em condições de trabalho para só assim retornarem a eles¹¹.

Desde campanhas abolicionistas no Século XIX, as diferenças mais apontadas entre escravizados e trabalhadores livres no país são aquelas que apontam o quanto a escravidão travava a vida econômica, política e social do Brasil. Argumentava-se que o trabalho do escravo era de qualidade inferior por questões psicológicas: trabalhando por reforço negativo, tem medo dos castigos e por isso oferecia um trabalho de má qualidade, principalmente comparado ao proletário, que trabalha com motivação positiva, representada no justo pagamento de seu trabalho¹².

Entretanto, há exagero nessas comparações. Na escravidão brasileira houve diversos momentos em que os senhores ofereciam incentivos positivos de modo que seus escravos retornassem com resultados melhores. Reforços positivos como prêmios em dinheiro, melhores condições de trabalho, melhores aposentos, comida e promoções dentro da hierarquia interna dos trabalhadores. Até mesmo a alforria era usada como reforço¹³.

Também é cair em engodo acreditar na imagem do trabalhador livre, se esforçando cada vez mais em prol de sua empresa, seja uma reprodução plena da verdade. No trabalho livre também existem diversos reforços negativos, um

¹⁰ IDEM, pág. 4

¹¹ IDEM, pág. 5

¹² IDEM, págs. 5-6

¹³ IDEM, pág. 6

dos principais deles sendo o risco de demissão caso uma cota de produção não seja atendida¹⁴.

Outra linha de raciocínio que aponta o trabalho escravo como inferior é a de que este tem um maior custo de supervisão e manutenção em relação ao trabalho livre. Weber alega que mesmo fora do local e horário de expediente, o escravo demandava vigilância: se o senhor não quisesse custear crianças escravas, escravos incapacitados, idosos, deveria controlar severamente as relações de família entre eles, o que figurava como uma disciplina desumanizadora que não era necessária no trabalho livre¹⁵.

Contudo, não devemos acreditar que o trabalhador livre não é supervisionado. Na medida em que a divisão de trabalho aumenta a necessidade de coordenar corretamente esforços de vários setores dum mesmo local de trabalho, cresce então a importância e custo dos gerentes de ambiente de trabalho¹⁶.

Outro argumento implica na irracionalidade do trabalho escravo, insistindo que este inibia a qualificação do trabalhador e aperfeiçoamento da entrega das tarefas, impedindo avanços técnicos no trabalho. Complementando este argumento, cita-se a resistência do senhor em introduzir maquinário enquanto ele utilizava de mão de obra escrava, pois qualquer ganho de eficiência na produção poderia deixar alguns de seus servos ociosos, representando prejuízo para o senhor, que precisava custear totalmente a subsistência da força de trabalho¹⁷.

Entretanto, essa visão necessita de ajustes. Várias das atividades onde se empregou o escravo não tinham processos técnicos mais aperfeiçoados e não tinham possibilidade de extração de mais-valia relativa. A incapacidade de progredir tecnicamente nessas tarefas que fez o senhor a recorrer aos escravos, e não ao contrário¹⁸.

¹⁴ IDEM, pág. 6

¹⁵ IDEM, pág. 7

¹⁶ IDEM, pág. 7

¹⁷ IDEM, pág. 8

¹⁸ IDEM, pág. 8

Qualquer industrial da era moderna enfrenta gastos com sua força de trabalho e meios de produção, como a estrutura física das máquinas, manutenção de máquinas, gastos com matérias primas, etc. O trabalho livre exige despesas que não existiam na escravidão e vice-versa. Obviamente o uso de escravos como mão de obra implicava em despesas que seriam poupadas utilizando trabalhadores livres, de modo que para o patrão, no que tange aos custos, o contraste entre escravo e proletário é enturvado¹⁹.

O agricultor moderno pode empregar seus trabalhadores de acordo com as necessidades do momento, contudo, ele e seu maquinário ainda estão suscetíveis à sazonalidade. Ironicamente, quanto mais mecanizada a agricultura, mais agudo torna-se esse problema. No inverno o maquinário fica parado, enfurnado no depósito. É um prejuízo semelhante ao sofrido pelo senhor de escravos na ocasião do ócio da entressafra²⁰.

O que de fato travou o mercado interno do Brasil, até pelo menos nos tempos dos oitocentos, não foi a população escrava, e sim o fato de a população livre que apesar de representar cerca de 60% da população global até então, era desprovida de excedentes, de modo que tudo que lhe chegava era para a manutenção da vida, não sobrando nada para o consumo de mercadorias²¹.

A escravidão tanto quanto o trabalho livre nada mais que duas formas distintas de se alcançar um produto: o sobretrabalho do produtor direto. Verticalmente, do ponto de vista do patrão, as duas relações tem vários pontos em intersecção, e mesmo quando diferenças berrantes se manifestam, os paralelos continuam. A prática escravista no Brasil não representou um obstáculo para o capitalismo. Foi uma manifestação do mesmo. O escravo não era um elemento não capacitado para participar de uma economia capitalista, mas sim um elemento posto a margem desta equação²².

Podemos até afirmar que o escravo é uma manifestação do que chamaremos de “proletário antes do proletário”, que com a acumulação

¹⁹ IDEM, pág. 9

²⁰ IDEM, pág. 10

²¹ IDEM, pág. 11

²² IDEM, pág. 12

primitiva sobre seu trabalho permitiu a instauração e estabilidade do capitalismo²³.

RECIFE, CIDADE EUGÊNICA

Levando em consideração os pontos levantados, podemos afirmar que não houve uma quebra direta, não houve um salto ou ruptura com as instituições econômicas dos oitocentos, e sim um período de transição. Os industrialistas eram herdeiros diretos e indiretos da escravidão, e a forma de “ser patrão” permanecia, naquele momento, imóvel até onde pôde, e apenas na virada do século é que se fez necessário determinados ajustes, como veremos adiante. Afunilaremos o escopo de nosso texto para a capital pernambucana e suas cercanias, mas as experiências narradas a seguir se reproduziram de forma similar em praticamente todos os espaços urbanizados do Brasil.

Na virada do Século XIX para o XX a metrópole maior de Pernambuco passava por um grande período de mudanças que iam muito além de séculos em calendários: o país ainda estava se ajustando ao modelo republicano adotado em deferência ao imperial. Neste momento, uma onda modernizante que se espalhou pelo país também pairava sobre o Recife nas primeiras décadas do Século XX. Ironicamente, essa onda de modernidade acontecia numa cidade em que a estrutura urbana era deficiente, principalmente no que tangia as questões de habitação, saneamento e estrutura urbana no geral. Esses problemas foram exponenciados com um grande fluxo de migrações urbanas vindas do interior. Os motivos eram diversos, mas entre as principais causas se destacava a fuga da situação de seca. Essa massa retirante buscava alento no trabalho fabril capitalista. Para lidar com essas mudanças, as autoridades recorreram a preceitos higienistas²⁴.

As transformações urbanísticas que se manifestaram no Brasil bebiam bastante da fonte da *Belle Époque* francesa, que por sua vez não carregava

²³ IDEM, pág. 12

²⁴DOS SANTOS, Marcos Alesandro Neves: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX.** UFSM, Rio Grande do Sul, 2004. Pág. 1

apenas mudanças paisagísticas, como também sociais²⁵. Os encontros do Brasil com a modernidade francesa ocorriam de forma desigual. A pretensa revolução urbanística começava numa rua, mas se descamava no bairro vizinho, devido à falta de recursos. Para Recife entrar na modernidade, era necessário um plano que englobasse toda a cidade, e não apenas regiões pontuais dentro da esfera de interesse de alguns grupos locais abastados.

Nessa questão de remodelamento urbano, Recife tinha certa vantagem em relação a alguns estados vizinhos, uma vez que tal experiência de remodelagem e estruturação urbana já ocorrera no século XVII, com o advento da ocupação holandesa, de modo que já existia certa herança arquitetônica complexa. De fato, outra tentativa de urbanizar o Recife pré-data até mesmo a virada para o Século XX. Entre 1815 e 1887 diversos projetos visavam melhorar não apenas as ruas, mas o porto da cidade. Os projetos do final do Século XIX já bebiam das fontes do higienismo e sanitarismo²⁶.

O progresso recifense parecia necessitar de símbolos, para demonstrar para o mundo que Recife estava com os dois pés fincados na modernidade. Além de um porto robusto, um mercado público de grande porte passou a ser uma meta das elites locais. Além de um apetrecho visual, um mercado público central representava a organização racional do comércio de feira, que em sua maioria era completamente irregular e informal. Além do mais, um mercado organizado e devidamente controlado restringiria a presença de “tipos indesejáveis” que sujavam a paisagem. Foram esses preceitos que deram vida ao Mercado Público de São José²⁷.

O Mercado de São José, além da perfumaria visual inerente a uma cidade moderna, a qual as elites locais usariam para pavonear o avanço de Recife, sob o pretexto de manter um ambiente higienizado, trazia consigo ordens de exclusão de ambulantes daquele espaço, aos quais as elites atrelavam a responsabilidade da sujeira do local²⁸.

²⁵ IDEM, pág. 2

²⁶ IDEM, págs. 2-4

²⁷ IDEM, pág. 4

²⁸ IDEM, pág. 5

Esse movimento de separação, reorganização e exclusão de setores sociais em Recife não foi uma invenção do período. A segregação humana é um construto social que se manifesta desde a origem dos povos organizados em sociedades e ocorre até os dias atuais. Entretanto, a transformação da segregação em instrumento de limpeza racial, em *eugenia*, só se manifestou no Século XIX, encabeçada por Francis Galton, sobrinho de Charles Darwin. Seu livro *Hereditary Genius* (Gênio Hereditário, em tradução livre) de 1869 engloba as bases do ideário eugenista²⁹.

O fundamento teórico de Galton se baseava na Teoria Pangenética das transmissões de caracteres, elaborada por seu tio, que sustentava que os caracteres adquiridos em uma geração eram herdados por seus descendentes. Em suas observações, Galton percebeu que filhos provindos de pais talentosos, como advogados, médicos, banqueiros, enfim, pessoas ditas de sucesso, geralmente seguiam a carreira de seus pais, como da mesma forma herdeiros de pobres seguiam na pobreza por conta de sua herança maldita.

Aliando essa observação a manipulação de dados estatísticos, o teórico afirmava que essas características sociais eram herdadas como nos animais na natureza herdavam os caracteres de seus ancestrais. Mas Galton pareceu ignorar (talvez até deliberadamente) as diferenças de condições sociais e econômicas que afetam os indivíduos. Foi com esta teoria enviesada que ele propôs a eugenia, a melhoria dos povos, a pureza das raças, dando ênfase aos benefícios de um “povo puro”³⁰.

O ideário eugenista desembarcou no Brasil nos idos do fim do Século XIX, inicialmente, de uma forma muito menos radicalista que era discutido na Europa ou América do Norte. Os jornais acadêmicos brasileiros já discutiam, ainda na década de 1870, a importância do médico higienista (a palavra higiene seria usada como eufemismo para a eugenia) dentro da sociedade. A população geral, no entanto, continuava alheia a tais ideias³¹.

²⁹ GIOPPO, Cristiane: **Revista Educar, nº 12. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**, Editora da UFPR, Curitiba, 1996. Pág. 168

³⁰ IDEM, pág. 168

³¹ IDEM, pág. 169

Em Recife os sem-tetos, prostitutas, pessoas sem trabalho formal, moradores de cortiços ou mocambo era enxergados pelas elites como *grupos perigosos*. No plano higienista de Recife, esses grupos ditos degenerados seriam deslocados dos grandes centros, que vestiam roupas de lugares civilizados e modernos. Se respaldando na higiene e medicina social em voga no mundo ocidental, a modernidade Recifense tratorava os grupos *personas non gratas* para as moralizadas elites. Os médicos estudariam os costumes de vida desses grupos marginalizados em busca de uma forma de lhes atribuir a culpa das epidemias que assolavam as cidades e administravam tratamentos compulsórios, que iam de vacinações a desodorizações em massa³².

A prostituição configurava um grande problema para as elites e para a polícia, que agia de acordo com os seus desmandes. O problema é que não existia na legislação vigente nada sobre o tema: por mais que o aparato repressor da cidade se erguesse contra a prostituição, não existia crime perante a lei.

Mas no ideário higienista, a prática era associada a outros desvios passíveis de punição, como a cafetinagem, jogatina, vadiagem e outras delinquências atreladas ao “baixo meretrício”. Apesar do viés moralizante da inibição de tal prática, na verdade isso era parte do estratagema de controlar os homens das classes pobres, clientes de tais serviços³³. A migração do campo para Recife teve seu início na década de 1870, tendo uma aguda expansão na última década do Século XIX, devido a fatores como a abolição da escravidão e a mecanização que ocorria na Mata Norte. Recife, tida como metrópole regional, despertava o interesse de quem fugia do flagelo da seca que assolava o interior do estado³⁴.

O governo local, para agilizar a higiene social, deve tomar conta dos indivíduos e suas relações uns com os outros. Observando e disciplinando o cidadão, seria então possível estender ainda mais as formas de disciplinar os

³² DOS SANTOS, Marcos Alesandro Neves: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX**. UFSM, Rio Grande do Sul, 2004. Pág. 5

³³ IDEM, págs. 6-7

³⁴ IDEM. 6

corpos em prol das demandas das elites recifenses e a nova, moderna e melhor Recife que planejavam³⁵.

As mudanças urbanas que transformaram Recife não eram fundamentadas apenas numa vontade de adotar um ideal de beleza urbanística europeu. As oligarquias locais desejavam romper com o passado escravista e imperial e colocar Recife na rota do mundo moderno, esteticamente aprazível e novo. Tal objetivo trazia a tiracolo questões ligadas a eugenia urbana, que não media esforços em perseguir e reprimir grupos sociais que pudessem representar empecilho à causa da bela e moderna metrópole que as elites desejavam³⁶.

VILAS OPERÁRIAS, DE REFÚGIO DO TRABALHADOR À NEOSENZALAS

Nesse contexto de limpeza racial travestida de modernidade, desembarca no país o conceito das vilas operárias. Estas que, por décadas, dividiram espaço com os cortiços e mocambos, surgiram como uma espécie de resposta capitalista ao comum problema da habitação. Contudo a vila operária é um conceito criado pelos socialistas utópicos, que os grandes industriais da virada do Século XIX para o XX pegaram emprestado e foram resignificando para atenderem suas agendas pessoais.

O socialismo utópico surgiu nos idos da virada do Século XVIII para o XIX, manifestando-se principalmente na França e na Inglaterra. Este de socialistas, desiludidos e chocados com as barbáries ocorridas no novo mundo capitalista, tais quais os cortiços, epidemias, miséria generalizada entre os menos abastados e as condições de trabalho desumanas, decidiram estudar uma forma de corrigir esse mal³⁷.

Concluíram então que se fazia necessário oferecer exemplos novos e melhores dentro dessa nova ordem social que se instalava. Novas cidades, comunidades que por meio do exemplo revelariam ao mundo uma forma completamente diferente daquilo que o capitalismo reservava aos mais pobres. Essa ideia alcançou alguns industrialistas, que decidiram construir conjuntos

³⁵ IDEM. 6

³⁶ IDEM, págs. 10-11

³⁷ VILLAÇA, Flávio: **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Pág. 16

habitacionais associados as suas indústrias, abrigando os proletários e suas famílias. Acreditavam que serviriam como evidência demonstrativa para convencer governantes de suas vantagens. Estes estudiosos acreditavam que poderiam mover a ordem social pelo uso da razão e bom senso dos homens³⁸.

O conceito, contudo, acabou fracassando. A demanda por tal tipo de comunidade sempre fora muito maior que a oferta, e também o próprio sentido da experiência fora maculado: as vilas operárias se tornariam palco de uma experiência que tentaria doutrinar o trabalhador e suas famílias em um ambiente de total controle sobre a força de trabalho, reproduzindo uma atmosfera rígida que convinha apenas aos patrões³⁹.

Devemos nos debruçar sobre as medidas higienistas para compreender o contexto da inserção das vilas operárias em Pernambuco. Na década de 1920 a Teoria Pangenética Darwiana já era dita ultrapassada, porém o ideário eugenista, fundamentado nela, no lugar de definhando, ganhava forças em todo mundo ocidental⁴⁰.

Em sua maioria, as vilas operárias eram construídas longe dos grandes centros urbanos, onde a força de trabalho precisava ser atraída para morar e lá ficarem retidas. Graças ao exagerado controle que a classe patronal exercia sobre os empregados nessas vilas, a vida comunitária se assemelhava mais a rotina de uma penitenciária do que a de conjuntos habitacionais feitos para satisfazer as demandas do trabalhador moderno⁴¹.

As vilas operárias representavam um maior controle sobre a classe trabalhadora, que removida dos centros urbanos, perdia sua chance imediata de perturbar as elites; habitando a vila operária atrelada à fábrica, o trabalhador centra sua vida em função da mesma. Existia também um caráter alienador: dentro das vilas operárias a circulação de ideias anarquistas e socialistas, ditas inimigas da ordem vigente, era expressamente proibida.

³⁸ IDEM, pág. 16

³⁹ IDEM, pág. 16

⁴⁰ GIOPPO, Cristiane: **Revista Educar, nº 12. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**, Editora da UFPR, Curitiba, 1996. Pág. 169

⁴¹ VILLAÇA, Flávio: **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Págs. 16-17

O termo “vila operária”, a princípio usado no Brasil para nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril, logo seria estendido para designar grupos de casas modestas semelhantes, produzidas por outros agentes. Sob a denominação “vila operária”, eram reunidas no país, até os anos de 1930, as experiências mais diversas: conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos; por empresas ferroviárias; por industriais; por empresas mineradoras e usinas para seus operários, administradores e técnicos. (CORREIA, 1997, p.12).

Os sindicatos eram estritamente proibidos dentro das vilas operárias, pois, segundo os diretores, tornavam os trabalhadores belicosos. Em seu lugar, surgiam então as brandas sociedades de mútuo socorro, que contavam até com o aval e reconhecimento da igreja. Seriam nessas sociedades em que os conflitos entre empregador e empregado seriam resolvidos, de modo que as “ideologias vermelhas” não passariam⁴².

As sociedades de mútuo socorro eram uma espécie de sindicato que, apesar de não ser combativo, fez surgir entre os trabalhadores um sentimento de união e classe. Seus membros pagavam diretamente de seus salários uma pequena taxa que seria revertida em auxílio para aqueles que precisassem de auxílio por decorrência de um acidente de trabalho, despesas de funerais, auxílios para viúvas, remédios, entre outras coisas. Numa época em que os operários não tinham nenhuma salvaguarda perante os as intempéries da vida cotidiana, as sociedades de mútuo socorro reforçaram a construção da identidade de classe dos trabalhadores dentro do ambiente da vila operária⁴³.

Entretanto, após décadas de sua implementação o próprio perímetro da vila operária, numa irônica inversão de sua função, funcionaria como um centro de debelação do operariado, e viraria então um dos primeiros palcos das queixas e reivindicações dos mesmos. A resignificação do ambiente da vila

⁴² SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Experiências mutualistas na vila operária de Camaragibe (1900 - 1929)**. Dos anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Pág. 7

⁴³ IDEM, pág. 8

operária constituiria uma parte importante do cotidiano dos trabalhadores fabris.

Percebendo o controle lhes escapar entre os dedos, muitos donos de fábricas instalam aparatos recreativos no perímetro de suas vilas. O objetivo era abrandar a dureza da vida operária, fornecendo dentro da própria vila atrações de descanso e distração aprovadas pelos diretores da fábrica, de modo que o incêndio da revolta contra a realidade fabril fosse extinto ainda quando centelha⁴⁴.

As primeiras indústrias brasileiras foram fundamentadas em modelos rudimentares, com uma filosofia de trabalho que tinha os dois pés fincados dentro da filosofia da escravidão, modo de produção ainda contemporâneo às primeiras fábricas nacionais. Contudo, este modelo fracassou, e os investidores perceberam que seria necessária uma mudança na estratégia de lidar com o trabalhador, principalmente no que diz respeito a conquistá-lo.

O operário precisaria ser convencido de que aquele trabalho e suas mudanças representavam mudanças para si, que lhes dariam mais tempo para se dedicarem ao trabalho, e que sua prole teria uma educação satisfatória para serem futuramente absorvidos na força de trabalho. Criava-se então um projeto quase que subliminar, que envolvia um regime de disciplina que faria o espaço de trabalho atraente para os trabalhadores, regidos por preceitos de saúde e moralidade pré-estabelecidos por seus patrões⁴⁵.

Para que a reeducação fosse total, se fazia necessário retirar o trabalhador de aglomerações e fazer com que cada família sentisse a importância de permanecer em seus lares. Na prática, tudo não passava de uma tática de alienação respaldada pelos médicos higienistas, que tinham como principal tarefa disciplinar o operário para que ele assim produzisse mais, trazendo consigo toda a sua família a bordo. Também constituía parte de uma estratégia de segregar os pobres dos centros urbanos, os “territórios dos ricos”,

⁴⁴ IDEM, pág. 5

⁴⁵ GIOPPO, Cristiane: **Revista Educar, nº 12. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**, Editora da UFPR, Curitiba, 1996. Pág. 170

de modo que “o problema da pobreza enfeiturando as cidades” fosse de varrido para debaixo do tapete da melhor forma possível (para as elites)⁴⁶.

Também podemos afirmar que além de uma forma de “se livrar” da proximidade de um problema, a higienização dos grandes centros pernambucanos também era uma manifestação do exercício do poder local misturado com um adestramento da força de trabalho fabril. Seguiremos a linha de raciocínio de Michel Foucault em sem *Vigiar e Punir*. Primeiramente, “o poder se exerce mais que se possui”⁴⁷.

Em segundo lugar, *Vigiar e Punir* nos aponta que os mecanismos que permitem o exercício do poder não são puramente repressivos. Procuram, principalmente, obter resultados ditos positivos para aqueles que os implementam. O poder não é usado apenas para oprimir, coagir ou inibir, como se houvesse apenas um efeito de sanção. O poder também é usado para produzir e induzir, desde que invista o suficiente nos sujeitos e seus corpos:

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2013, p. 28-29).

Existem três principais ferramentas no que tange ao poder disciplinar: a vigilância hierárquica, que pode ser apenas um olhar discreto ou patrulhamento entre as fileiras de trabalhadores; a sanção normalizadora, uma pequena pena, atuando nos vácuos deixados na lei, que castiga desvios com o intuito de “normalizar” os corpos e por fim, o exame, que é uma ação que une a formação

⁴⁶ IDEM, pág. 171

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2013. Pág. 29.

de saberes e o exercício do poder, virando os holofotes para o indivíduo, tornando-o um caso a ser estudado em minúcia⁴⁸.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorretas', gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 2013, p. 171-172).

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

O conjunto de ideias da eugenia influenciou pesadamente áreas da organização e gestão da força de trabalho, em especial os setores industriais em ascensão. O higenismo traçava diretrizes para a construção do desejado operário-padrão, formado de forma que toda sua vida fosse voltada em função de seu trabalho fabril⁴⁹.

O proletário era extirpado do seio dos centros urbanos, e era incutido de valores consoantes aos da burguesia local. As vilas operárias seriam o palco desse adestramento de trabalhadores⁵⁰. Foulcault nos aponta que *“a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”*⁵¹.

O autor também nos elucida que, dados os devidos ajustes, o sistema de vigilância panóptico, utilizado em prisões, pode ser aplicado toda vez em que se trata de coordenar uma multitude de corpos que se objetiva impor um padrão comportamental⁵².

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de ‘quarentena’ social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do ‘panoptismo’. Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-as às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder⁵³.

Como se sabe, a fábrica capitalista visa o lucro, obtido pelo trabalho de seus operários. Entretanto, a diferença em relação aos complexos fabris que não adotavam o modelo de fábrica com vila operária anexa era o perfil

⁴⁹ GIOPPO, Cristiane: **Revista Educar**, nº 12. **Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**, Editora da UFPR, Curitiba, 1996. Pág. 169

⁵⁰ DOS SANTOS, Marcos Alesandro Neves: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX**. UFSM, Rio Grande do Sul, 2004. Pág. 9

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2013. Págs. 133-134

⁵² IDEM, pág. 195.

⁵³ IDEM, pág. 204.

moralizador que se desejava em um operário adepto a preceitos do patrão. Citamos, por exemplo, a classe operária de Camaragibe que, no início do Século XX, ostentava valores de viés católico⁵⁴, fato que transpirava nas atividades presentes no ambiente, promovidas pelos diretores, como os festejos de feriados cristãos e aulas de catecismo para os filhos dos operários⁵⁵.

Nesta mesma vila, considerada a primeira vila operária da América Latina, o operário tinha sua moradia condicionado ao seu emprego na fábrica, que tendo ao seu dispor de uma série de serviços, tais qual um posto médico, um armazém que vendia gêneros básicos de primeira ordem, e uma escola de filosofia cristã, alinhada com os ideais da Fábrica de tecidos de Camaragibe.

O projeto tentava simular uma cidade em pequena escala. Nesse microcosmo urbano havia serviços encontrados em pequenas cidades, de modo que o trabalhador visse pouca necessidade em abandonar o perímetro fabril, diminuindo as suas chances de escapar do constante escrutínio de seus superiores⁵⁶.

Durante a modernização de Recife, a província concedeu isenções fiscais, viabilizou financiamentos para construção de habitações proletárias e dava cabo de uma política de proteção à indústria. Era clara a aliança entre Estado e iniciativa privada na cruzada moralizante dos proletários por meio das construções de comunidades operárias⁵⁷. As vilas operárias eram defendidas pelas elites como a moradia ideal, modelo opositor ao anti-higiênico lar do trabalhador fabril que, de acordo com o discurso oficial, era a origem de epidemias e maus hábitos⁵⁸.

⁵⁴ SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Bilros, Nº 12**. Fortaleza, 2018. Pág. 76

⁵⁵ SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Experiências mutualistas na vila operária de Camaragibe (1900 - 1929)**. Dos anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Pág. 4

⁵⁶ SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Bilros, Nº 12**. Fortaleza, 2018. Pág. 78-79

⁵⁷ DOS SANTOS, Marcos Alesandro Neves: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX**. UFSM, Rio Grande do Sul, 2004. Pág. 9

⁵⁸ SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Experiências mutualistas na vila operária de Camaragibe (1900 - 1929)**. Dos anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Pág. 4

Os lares dos trabalhadores humildes, como os mocambos e os antigos sobrados, tão carentes de condições mínimas de saneamento, eram acusados de serem a fonte dos problemas de saúde que afetavam Recife, de modo que os higienistas terão como principal alvo a casa operária nos centros urbanos. Além das questões sanitárias, existia a intenção de controlar a vida das classes menos abastadas, tentando afastar os trabalhadores de “maus hábitos” atrelados a eles pelas classes dominantes⁵⁹.

Para as elites recifenses, as vilas operárias eram mais fáceis de conviver do que os infames cortiços e mocambos, porque simplesmente *não conviviam com as mesmas*, que eram intencionalmente construídas longe de locais considerados nobres, muitas vezes com o endosso de leis locais criadas sob a influência do viés higienista, que recomendavam que os conjuntos habitacionais proletários fossem erguidos longe dos perímetros centrais⁶⁰.

⁵⁹ DOS SANTOS, Marcos Alesandro Neves: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX**. UFSM, Rio Grande do Sul, 2004. Pág. 10

⁶⁰ VILLAÇA, Flávio: **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Pág. 17

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo posto, se torna evidente que a experiência operária em Recife na virada do Século XIX para o XX não representava uma ruptura e/ou evolução do modelo escravista, mas sim um desdobramento diferente, com diversos pontos compartilhados, no mesmo contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A vila operária não representava mera benesse dos capitalistas locais para com seus empregados, que cediam de bom grado alojamento e facilidades para a vida moderna: na realidade, tais empreendimentos eram parte de um estratagema de controle de grupos sociais que, removidos do meio urbano, se encontrariam alienados e aptos para receber uma doutrinação que se estendia até seus familiares. A vila operária, muito além de ser mero lar cedido pelo empregador, era uma forma de o trabalhador nunca sair do trabalho (e o trabalho dele), até mesmo durante seus raros dias de folga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho: O desmonte da cidade industrial**. Anais do VII encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro 1997.
- EINSENBURG, Peter L: **Estudos Econômicos, nº 13: Trabalho escravo e Proletário na História do Brasil**. UNICAMP, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2013.
- GIOPPO, Cristiane: **Revista Educar, nº 12. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**, Editora da UFPR, Curitiba, 1996.
- SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Bilros, Nº 12**. Fortaleza, 2018.
- SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Experiências mutualistas na vila operária de Camaragibe (1900 - 1929)**. Dos anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

MOURA, Joel Rodrigues de: Vilas Operárias: Senzalas da Eugenia em Pernambuco.
In: MELO, Andréa Cadena Bandeira de; MOURA, Joel Rodrigues de (orgs.): Diálogos, historicidade e memórias. Recife: Libertas, 2022.

- SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos: **Remodelamento urbano e exclusão. A difícil vida das classes populares em Recife nas primeiras décadas do Século XX.** UFSM, Rio Grande do Sul, 2004.
- VILLAÇA, Flávio: **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.**